

As quatro vertentes interpretativas da Filosofia Brasileira

Lucio Álvaro Marques*, Lauro Rosa Pinto**

Resumo

O artigo aborda a questão da existência da filosofia brasileira a partir de uma abordagem historiográfica, destacando quatro correntes interpretativas alicerçadas em concepções filosóficas distintas. Cada vertente utiliza fundamentos peculiares para legitimar o modelo ideal que define a origem e a existência (ou não) de uma filosofia brasileira autêntica. A análise revelou que as três primeiras vertentes possuem fundamentos questionáveis, ao constituir barreiras epistêmicas que limitam ou dificultam a origem e a existência da filosofia brasileira. No entanto, a quarta vertente, apoiada na concepção descolonial, apresentou embasamentos que validam a existência da filosofia brasileira desde o período colonial, manifesta tanto em produções acadêmicas quanto extra-acadêmicas, consideradas como autênticas doutrinas filosóficas tupiniquins.

Palavras-chave: filosofia brasileira; vertentes interpretativas; concepção filosófica.

The four interpretative trends of Brazilian Philosophy

Abstract

The article addresses the issue of the existence of Brazilian philosophy from a historiographical perspective, highlighting four interpretative currents based on distinct philosophical conceptions. Each perspective employs unique foundations to legitimize the ideal model that defines the origin and existence (or lack thereof) of authentic Brazilian philosophy. The analysis revealed that the first three perspectives have questionable foundations, as they constitute epistemic barriers that limit or hinder the origin and existence of Brazilian philosophy. However, the fourth perspective, based on the decolonial concept, provides grounds that validate the existence of Brazilian philosophy since the colonial period, manifested in both academic and non-academic productions, considered as authentic philosophical doctrines of Brazil.

Keywords: Brazilian philosophy; interpretive trends; philosophical conception.

Las cuatro tendencias interpretativas de la Filosofía Brasileña

Resumen

El artículo aborda la cuestión de la existencia de la filosofía brasileña desde un enfoque historiográfico, destacando cuatro corrientes interpretativas basadas en concepciones filosóficas distintas. Cada corriente utiliza fundamentos particulares para legitimar el modelo ideal que define el origen y la existencia (o no) de una auténtica filosofía brasileña. El análisis reveló que las tres primeras corrientes tienen fundamentos cuestionables al constituir barreras epistémicas que limitan o dificultan el origen y la existencia de la filosofía brasileña. Sin embargo, la cuarta corriente, basada en la concepción decolonial, presenta fundamentos que validan la existencia de la filosofía brasileña desde el período colonial, manifestada tanto en producciones académicas como extraacadémicas, consideradas como auténticas doctrinas filosóficas tupiniquins.

Palabras clave: filosofía brasileña; corrientes interpretativas; concepción filosófica.

* Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT). Coordenador do grupo de pesquisa Studia Brasiliensia CNPq e da Série Scripta Brasileira da Editora FUNAG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7571-0977>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1088648968757632> E-mail: lucio.marques@uftm.edu.br

** Mestrando em Filosofia no Programa Prof-filo pela UFMT. Professor da Seduc-MT. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1450-6459>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1143633705984675>. E-mail: laurorosapinto@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma leitura historiográfica da filosofia brasileira a partir da perspectiva de sete intérpretes. Eles foram agrupados em quatro vertentes com concepções filosóficas distintas que identificam a origem e o modelo ideal da filosofia nacional. A pesquisa parte do pressuposto de que não há um consenso sobre esses aspectos. Por isso, surgiram quatro correntes interpretativas diferentes na nossa comunidade filosófica, que buscam resolver essa questão com diferentes abordagens. Assim, este trabalho apresentará as principais vertentes e intérpretes que discutem a filosofia brasileira, bem como as suas divergências e convergências. A partir dessa análise, busca-se contribuir para o debate sobre a identidade e a originalidade da filosofia produzida no Brasil, reconhecendo a sua pluralidade e complexidade.

O texto apresenta as quatro correntes interpretativas da filosofia brasileira, agrupadas da seguinte forma: (i) a primeira vertente nega a existência de produções filosóficas nos primeiros séculos do período colonial, e considera que a filosofia brasileira só começou no século XIX, sob a influência de ideias doutrinárias da modernidade e do iluminismo europeu. Essa corrente segue a interpretação de três autores: Romero, Paim e Cerqueira; (ii) a segunda vertente nega a existência de uma filosofia genuinamente brasileira, ancorada na concepção filosófica pautada no conceito de originalidade; essa corrente interpretativa iniciou com Roberto Gomes e continuou com Silveira; (iii) a terceira vertente afirma que a filosofia brasileira surgiu no século XX, baseada em concepções filosóficas que se articulam em um sistema formado por autores, obras e públicos, com uma perspectiva voltada para a produção filosófica acadêmica nos últimos 50 anos (1960 a 2010), essa interpretação metafilosófica foi desenvolvida por Ivan Domingues; (iv) a quarta vertente defende que há filosofia brasileira desde antes da colonização, ancorada na concepção filosófica descolonial¹, com a perspectiva da hermenêutica pluritópica. Esta corrente interpretativa foi desenvolvida pelo professor e pesquisador mineiro Paulo Margutti.

¹ Adotamos o termo descolonial conforme proposto por Margutti, que explana: "Cabe aqui a pergunta sobre qual seria a escrita correta para designá-lo: decolonial ou descolonial? Os primeiros trabalhos sobre o assunto foram escritos em inglês, adotando a expressão decolonial. As primeiras traduções desses trabalhos para o português e o espanhol mantiveram a mesma grafia. No entanto, do ponto de vista tanto da ortografia portuguesa quanto da espanhola, a forma correta seria descolonial, uma vez que a ausência do prefixo 's' está mais alinhada com a ortografia inglesa, evitando assim um anglicismo." (MARGUTTI, 2018, p. 235)

O artigo se estrutura em seis tópicos cronológicos: (i) introdução; (ii) a primeira vertente interpretativa da filosofia brasileira; (iii) a segunda vertente interpretativa da filosofia brasileira; (iv) a terceira vertente interpretativa da filosofia brasileira; (v) a quarta vertente interpretativa; (vi) análise sobre as quatro vertentes interpretativa.

A discussão sobre a filosofia brasileira é um campo de estudos que suscita consensos e dissensos entre os intérpretes da nossa comunidade filosófica. E o principal problema inerentes nas interpretações é a questão: “existe filosofia brasileira como produção autêntica?”. Neste artigo são analisadas quatro vertentes interpretativas que abordam essa indagação de forma peculiar, com bases doutrinárias distintas que servem de fundamentos para canonizar a existência, a origem e o modelo ideal de filosofia brasileira. As correntes se alicerçaram em duas métricas singulares para legitimar o modelo ideal, a saber: (i) as três primeiras usam princípios hierárquicos que criam mecanismos epistêmicos que elegem um modelo ideal como superior e outro como inferior; (ii) a última vertente utiliza princípios horizontais que tratam as filosofias com isonomia, buscando compreender as deficiências e qualidades, sem classificação hierárquica. Neste sentido, não há um consenso entre as quatro vertentes sobre a existência da filosofia brasileira autêntica, e isso por si só constitui mecanismos epistêmicos que bloqueiam a visibilidade dessas produções nas instituições de ensino e entre a comunidade filosófica do nosso país.

Esta pesquisa se vale de dois métodos: (i) revisão bibliográfica de sete autores que tratam da filosofia brasileira em termos de historiografia e ensaística, analisando oito livros e um artigo; (ii) análise das quatro vertentes usando o método de Margutti (2020), que se baseia em três dimensões: análise lógica, histórica e hermenêutica pluritópica. Essas dimensões permitem avaliar a coerência, as concepções, as matrizes epistêmicas e as múltiplas dimensões que envolvem as produções filosóficas brasileiras.

Esta metodologia visa analisar as diversas perspectivas sobre a filosofia brasileira, avaliar seus aspectos positivos e negativos, e sugerir um paradigma que integre as visões acadêmicas e extra-acadêmicas. Nesse sentido, formularemos duas indagações: (i) qual é a concepção e a metodologia que eles adotam como métrica nas interpretações? (ii) como cada vertente define a existência, a origem e o modelo ideal de filosofia brasileira?

A filosofia brasileira tem sua origem no período colonial e apresenta duas formas principais de expressão: a acadêmica e a não acadêmica. Essas formas de filosofia lidam com

problemas tanto universais quanto locais, e estabelecem um diálogo com a realidade brasileira. Vejamos por partes cada uma das vertentes.

A primeira vertente de intérpretes da filosofia brasileira

Neste tópico será analisada a existência e o modelo ideal de filosofia brasileira conforme a primeira vertente interpretativa da história da filosofia no Brasil. Essa vertente teve origem com Sylvio Romero (1878) e foi continuada por Antônio Ferreira Paim (1977) e Luiz Alberto Cerqueira (2002), que compartilham duas teses fundamentais: (i) a filosofia brasileira deve se inspirar nas doutrinas da modernidade e do iluminismo; (ii) não houve uma produção filosófica genuinamente brasileira nos três primeiros séculos de colonização. Assim, serão apresentadas e analisadas as concepções, os métodos de cada um desses intérpretes, para entender como eles concebem a existência, a origem e o modelo ideal da filosofia brasileira.

Sylvio Romero foi o pioneiro desta corrente filosófica, conforme expôs no ensaio *n'A philosophia no Brasil* (1878). Nessa obra, ele fundamentou sua perspectiva filosófica na assimilação das doutrinas modernas e iluministas de três países europeus (Alemanha, França e Inglaterra), que adotou como modelo ideal. Essa foi a base que definiu a sua concepção filosófica e sua métrica de argumentação.

Romero (1878, p. 183) rejeitou a ideia de seguir um único sistema filosófico, pois isso limitaria o seu espírito crítico e a sua busca pela verdade. Ele preferiu combinar duas doutrinas científicas: o positivismo de Comte e o evolucionismo de Darwin. Nessa perspectiva, ele tomou como referência o filósofo inglês Herbert Spencer, que também se baseou no positivismo e no evolucionismo, mas ampliou esses conceitos para além da biologia, abrangendo também os aspectos psíquicos, culturais e sociais. Assim, ele considerou que a filosofia de Spencer era o fundamento mais adequado para integrar o cientificismo e o evolucionismo.

Para Romero (1878, p. 185), a sua filosofia se baseava no cientificismo transformista, que ele resumiu assim: “sou eu, pois, sectário do positivismo e do transformismo? Sim”. Essa filosofia defendia que o método científico e a teoria da evolução eram capazes de promover o progresso da civilização, levando-a a um estágio superior de racionalidade e técnica, em todos os domínios sociais, políticos e educacionais. Com isso, ele expressava a sua confiança na ciência e na evolução como os pilares da sua concepção filosófica.

O autor propõe um método em quatro passos para analisar as obras dos filósofos brasileiros. O primeiro passo é identificar o problema ou tema central que o autor aborda. O segundo passo é examinar as bases filosóficas que sustentam cada tese. O terceiro passo é confrontar a argumentação do autor com a sua própria concepção filosófica, baseada nas doutrinas dos filósofos alemães, franceses ou ingleses que trataram dos mesmos temas ou problemas. O quarto passo é avaliar a contribuição da doutrina do autor para o avanço do conhecimento civilizatório da humanidade, segundo a sua visão cientificista e transformista. Com esse método, Romero busca avaliar se existe e qual seria o modelo ideal da filosofia brasileira, a partir da sua perspectiva cientificista e transformista, usando um critério de juízo hierárquico sobre o modelo ideal de filosofia brasileira.

Romero adotou uma concepção e um método hierárquico, fundamentado na interpretação histórica, que privilegiava as doutrinas da modernidade e do iluminismo como modelo ideal. As outras matrizes filosóficas foram desprezadas ou consideradas secundárias na sua arguição. Assim, ele afirmou que a filosofia brasileira ideal só surgiu no século XIX, inspirada nas doutrinas modernas, tendo como expoente o pernambucano Tobias Barreto.

Antonio Paim publicou em 1968 a primeira edição da *História das ideias filosóficas no Brasil*, que revisou e ampliou em outras cinco edições até 2007. Ele analisa a filosofia em três planos: o sistema, a perspectiva e o problema. Este último é o que inspira a meditação filosófica, gerando novas doutrinas e paradigmas. Por isso, ele usa os problemas filosóficos como o critério da sua concepção filosófica.

Essa visão é fundamentada nas doutrinas de Rodolfo Mondolfo e Nicolai Hartmann (Paim, 2007, p. 19), que defendem a primazia do problema na filosofia contemporânea. A partir disso, ele argumenta que são os problemas que inspiram as reflexões filosóficas em diferentes contextos e épocas, e é isso que justifica a existência das filosofias nacionais. Segundo Paim (2007, p. 14), “as filosofias nacionais se distinguem umas das outras pelos problemas a que dão preferência”. Assim, o autor indica que o caminho para o desenvolvimento da filosofia nacional surge a partir dos problemas que os pensadores brasileiros abordaram.

Com base na sua concepção filosófica, ele propõe um método de investigação baseado em quatro pilares: (i) evidenciar o problema filosófico abordado pelo filósofo brasileiro relacionando-o com as doutrinas dos filósofos europeus que trataram do mesmo tema; (ii) identificar a concepção filosófica que orientou a reflexão do filósofo brasileiro; (iii) apontar a

marca nacional na tese do autor, identificando-a nas discussões dos problemas do homem, da política e da relação entre filosofia e ciência desde o início do século XVIII até o período do século XXI; (iv) evidenciar a origem da filosofia brasileira, vinculada à assimilação das doutrinas da modernidade, com a discussão do problema do homem.

Paim adota uma abordagem que observa o processo evolutivo do pensamento brasileiro, tendo como referência a assimilação das doutrinas filosóficas da modernidade europeia como métrica principal para o desenvolvimento da filosofia nacional. Ele usa um critério de análise com o objetivo de identificar as marcas nacionais nas produções dos filósofos brasileiros. Porém, elege o problema filosófico e as doutrinas da modernidade como bases necessárias à origem da filosofia brasileira, a partir do século XVIII, com a **questão do homem**. Essa postura revela os consensos desta vertente: nega a existência de uma filosofia brasileira autêntica nos três primeiros séculos e estabelece o nascimento da filosofia brasileira a partir de **correntes** eurocêntricas da modernidade.

O último intérprete alinhado à primeira vertente foi Luiz Alberto Cerqueira, que desenvolveu sua leitura historiográfica no livro *Filosofia Brasileira: ontogênese da consciência de si* (2002). O escopo cardeal da sua interpretação parte da hipótese que a origem da filosofia brasileira emergiu com o advento da consciência de si, superando o aristotelismo português herdado do período colonial. O arcabouço da sua obra faz um recuo histórico para constatar que o sistema de ensino filosófico, nos dois séculos do passado colonial, ficou sobre a tutela da Companhia de Jesus. Tendo utilizado o método pedagógico do *Ratio Studiorum*, lastreado pela segunda escolástica, com base aristotélica, como fundamentos cardiais, desenvolveram-se doutrinas eclesiásticas e filosóficas nesse contexto. Por causa dessa singularidade, o autor nomeou as doutrinas presentes nesse período como filosofia luso-brasileira.

Cerqueira defende uma concepção filosófica baseada nas doutrinas da modernidade e do iluminismo, especialmente as de Descartes e Kant, que se fundamentam no *cogito* cartesiano, na razão crítica e emancipatória. Ele considera que esses princípios estabeleceram o ideal de um sujeito autoconsciente, racional e livre, capaz de se contrapor ao conhecimento imposto pela tradição luso-portuguesa. A sua tese se apoia na ideia de que a filosofia moderna possibilitou o desenvolvimento da consciência de si, lastreada na razão emancipadora, como princípio para a construção de um conhecimento seguro. Foi nesse contexto que surgiu o

conceito do homem moderno, que, guiado pela razão, ganha autonomia por ter consciência de si e do mundo que o cerca, isto é, tem uma relação direta entre sujeito e objeto, sem precisar de interferência externa para tutelar suas decisões.

Na sua perspectiva, as doutrinas filosóficas da modernidade substituíram o princípio da filosofia escolástica, baseado no aristotelismo e na teologia. A partir dessa concepção, ele elaborou o argumento em cinco passos: (i) mostrou que o *Ratio Studiorum*, método de ensino implantado no Brasil, reproduzia as doutrinas da metrópole; (ii) chamou de filosofia luso-brasileira a produção filosófica no período colonial, pois seguia a mesma visão da matriz metropolitana; (iii) afirmou que somente com o *cogito* cartesiano e o racionalismo kantiano o pensador brasileiro rompeu com as doutrinas do *Ratio Studiorum*; (iv) situou a emergência da filosofia brasileira no século XIX, como a adesão às doutrinas modernas e iluministas; (v) considerou o advento da filosofia brasileira como a ruptura da consciência de si aristotélica e o surgimento da consciência de si cartesiana, princípio constitutivo da ontogênese que possibilitou o nascimento da filosofia brasileira.

O autor defende que a filosofia brasileira teve início no século XIX, com a incorporação das doutrinas da modernidade, que deram as bases epistêmicas para o pensamento nacional. Ele segue essa concepção e método para sustentar duas teses: a de que a modernidade e o iluminismo foram essenciais para a gênese da filosofia brasileira, e a de que não existiram produções filosóficas nacionais nos três primeiros séculos da nossa história.

A primeira corrente interpretativa se apoia em concepções filosóficas que privilegiam a modernidade e o iluminismo como as bases epistêmicas indispensáveis para a origem e a existência da filosofia brasileira, que só teria se iniciado no final do século XVIII ou início do século XIX. Essa corrente, porém, exclui que tenha existido uma filosofia genuinamente brasileira nos três primeiros séculos da nossa história, ignorando outras formas de pensamento originárias de outras bases doutrinárias ou culturais.

Em relação à existência da filosofia brasileira Romero, Paim e Cerqueira foram consensuais em pressupor que não houve produções genuinamente nacionais nos três primeiros séculos do período colonial. Enquanto Romero e Paim concordaram que não houve produções filosófica nesse período, Cerqueira admite que houve uma espécie de filosofia luso-brasileira, que reproduzia as concepções aristotélicas com viés eclesiástico entre nós. Neste sentido, na perspectiva desses autores, a gênese da filosofia brasileira está ligada à assimilação

das doutrinas filosóficas imanentes da modernidade e do iluminismo, por isso ela imergiu entre nós a partir do final do século XVIII.

Romero (1878, p. 1) pressupõe que “a filosofia foi totalmente estranha ao Brasil nos três primeiros séculos de sua existência”. Em outras palavras, ele nega que houve uma produção filosófica brasileira nesse período. Mas quais foram os motivos que o levaram a essa conclusão? Ele aponta dois aspectos principais que impediram o desenvolvimento da filosofia na colônia. O primeiro é o atraso cultural de Portugal, que não assimilou as doutrinas filosóficas dos pensadores ingleses, franceses e alemães, que criaram as bases da ciência moderna e do iluminismo. Essas doutrinas provocaram mudanças políticas, culturais, econômicas e sociais nos países da Europa Ocidental a partir do século XVII. O segundo aspecto é o abandono educacional na colônia, que agravou o atraso cultural herdado da metrópole. Isso resultou em um ambiente intelectualmente estéril, sem espaço para a criação filosófica.

Nessa perspectiva, defende que a filosofia brasileira só se desenvolveu no final do século XIX, quando os pensadores brasileiros se conectaram com as doutrinas modernas e iluministas. Dessa forma, no período pós-independência, só então, emergiram as primeiras filosóficas significativas brasileiras formuladas por autores como Tobias Barreto.

Paim (2007, p. 84) afirma que há uma filosofia brasileira com uma história peculiar, iniciada pela reflexão sobre o problema do homem. Ele mostra que “a indicação precedente do caminho percorrido pela meditação brasileira na abordagem da questão filosófica que a preocupou sobremaneira, desde o período imediatamente anterior à Independência aos nossos dias”. Na sua visão, a filosofia nacional seguiu um rumo próprio, orientado pela meditação sobre o problema do homem, que foi o eixo central da sua reflexão. Esse trajeto começou antes da Independência do Brasil, no final do século XVIII, e prosseguiu até os dias atuais, passando por diferentes etapas e influências. Assim, os primeiros pensadores brasileiros se destacaram nesse período histórico ao abordarem problemas universais, inspirados pelas doutrinas modernas e iluministas, e estes constituíram os lastros necessários ao desenvolvimento da filosofia nacional.

Na perspectiva de Paim, o nascimento da filosofia brasileira foi reflexo da assimilação da filosofia moderna oriunda da Europa. E foram as doutrinas de Kant, Hegel, Marx e Comte que influenciaram os pensadores brasileiros a desenvolverem uma consciência filosófica que

rompeu com a cosmovisão da matriz da metrópole, possibilitando a meditação do problema do homem, lastreado pelo princípio de autonomia, com a incorporação do pensamento moderno². Assim, fica nítido que o marco do surgimento da filosofia brasileira está atrelado a adoção das doutrinas provenientes da modernidade e do iluminismo como requisito básico para os pensadores brasileiros superarem a filosofia luso-brasileira e iniciarem produções significativas, baseadas em conceitos racionais com perspectivas universais.

Cerqueira (2002) parte do princípio de que existe filosofia brasileira, que o seu desenvolvimento foi gradual e que apresentou duas faces: a luso-brasileira e a propriamente brasileira. Sua interpretação apresenta a tese de que a filosofia só ganha perfil de nacionalidade a partir do século XIX, com a adesão à concepção filosófica da modernidade, possibilitando a emancipação da razão como protagonista para desenvolver as teorias fundamentadas no pensamento analítico, isto é, rompendo com a consciência de si atrelada ao aristotelismo, convencionada pelo sistema de ensino liderado pelos jesuítas, desde o período colonial.

Na visão de Cerqueira (2002, p. 16), a filosofia brasileira surgiu no século XIX, quando “os pensadores brasileiros mudaram sua consciência de si, abandonando o aristotelismo medieval e a conversão religiosa, e adotando o *Cogito* cartesiano” e as doutrinas modernas e iluministas. Ele apresenta os principais representantes da filosofia luso-brasileira, que se baseava na consciência de si ligada ao aristotelismo e à conversão, e os fatores e filósofos que contribuíram para a introdução das doutrinas modernas e iluministas no Brasil. Ele destaca Tobias Barreto e Farias Brito como os maiores expoentes da filosofia brasileira no século XIX, que abriram caminho para o desenvolvimento de diversas correntes filosóficas no Brasil nos séculos seguintes.

Neste sentido, a primeira vertente interpretativa compartilha duas teses centrais sobre a existência da filosofia brasileira: (i) nega que existiu filosofia brasileira nos três primeiros séculos de colonização, decorrente do atraso cultural ou por reproduzir doutrinas filosóficas com matrizes aristotélicas e teológicas e (ii) afirma que o nascimento da filosofia está atrelado à adesão às doutrinas filosóficas da modernidade e do iluminismo. Nessa perspectiva, a concepção filosófica adotada pelos intérpretes desta corrente está fundamentada numa visão

² “O processo de incorporação do pensamento moderno pela consciência luso-brasileira somente se concentra no Brasil.[...] Assim, é como corolário desse movimento que o pensamento filosófico brasileiro conquista a sua autonomia efetiva em relação à antiga Metrópole” (PAIM, 2007, p. 29).

hierárquica, que canoniza a filosofia precedente da modernidade como modelo ideal e as oriundas de outras fontes como inferiores ou insignificantes. E essa interpretação constitui uma barreira epistêmica que inviabiliza toda análise de produções filosóficas brasileiras provenientes do período colonial. Por isso deve ser questionada e revista por uma concepção que trate as filosofias com isonomia.

A segunda vertente historiográfica da filosofia brasileira

A segunda vertente é representada por Roberto Gomes, que produziu o livro ensaístico *Crítica da razão tupiniquim* (1977) e Ronie Alexsandro Teles da Silveira, que escreveu o artigo *A brasileiríssima filosofia brasileira* (2016). O que liga essas duas interpretações sobre a filosofia brasileira é a crítica que ambos teceram sobre a existência da filosofia brasileira que, nas suas visões, é apenas reprodução das doutrinas canônicas europeias e norte-americanas entre nós. Eles defendem concepções filosóficas fundamentadas no princípio de originalidade, isto é, desenvolver meditações filosóficas a partir dos nossos problemas éticos, sociais, políticos, culturais e antropológicos.

Gomes (1994) defende uma concepção filosófica que valoriza a originalidade, isto é, a capacidade de pensar por si mesmo, a partir dos dilemas imanentes dos sujeitos epistemológicos. Para ele, a filosofia não é um conjunto de doutrinas prontas e acabadas, mas sim um exercício de meditação sobre a nossa realidade, os nossos problemas, a nossa própria identidade filosófica. Ele afirma que “fazer Filosofia é fazer a Filosofia. O que envolve: seus temas e seu modo de abordagem. Jamais posso dá-la como pressuposta, como se bastasse manuseá-la à maneira de um arquivo” (Gomes, 1994, p. 23). Nessa perspectiva, filosofar não significa apenas assimilar as doutrinas canônicas expostas pela história da filosofia ocidental, mas sim dialogar com os problemas, dilemas, crises, cultura, política e moral presentes nos nossos espaços.

O autor propõe uma interpretação que se opõe ao modelo de produção acadêmica que se tornou hegemônico entre nós, pois esse modelo privilegia uma forma ornamental de ensino e de meditação filosófica, totalmente desvinculada dos nossos dilemas existenciais, que se limita a reproduzir as doutrinas europeias. A sua crítica foi direcionada numa visão antropofágica ao pensamento filosófico que se enraizou entre nós e se tornou o modelo canônico da formação filosófica no país.

Assim, utilizou um método analítico baseado na contraposição para criticar a filosofia desenvolvida no Brasil e propor uma superação das perspectivas “falaciosas convencionadas pelo modelo de produção filosófica acadêmica”. Ele comparou os pontos negativos da filosofia acadêmica com os pontos positivos da filosofia original, e apresentou os argumentos para justificar a sua proposta de uma filosofia brasileira autêntica. Para fins didáticos, o quadro 1 ilustra o método de contraposição usado na sua argumentação.

Quadro 1- Método de contraposição na interpretação de Gomes

Filosofia entre nós	Contraposição
Confundir filosofia entre-nos com Filosofia nossa (Gomes, 1994, p. 58)	O filosofar urge voltar nosso olhar aos verdadeiros problemas e dilemas existências tupiniquins. (Gomes, 1994, p. 104)
Recusa de assumir sua identidade (Gomes, 1994, p. 76)	Reconhecer a nossa identidade, somos brasileiros. (Gomes, 1994, p. 75)
Assumir o papel de assimiladores da História da Filosofia ocidental; (Gomes, 1996, p. 90)	Visão antropofágica, devorar o mestre e construir a nossa própria filosofia. (Gomes, 1994, p. 107)
Negar a capacidade de pensar por conta própria (Gomes, 1994, p. 68)	A originalidade está ligada a pensar a nossa realidade, a nós mesmos, construir a própria história. (Gomes, 1994, p. 20)
Desenvolver um filosofar virtual (Razão Ornamental), que estão alheias as nossas origens (Gomes, 1994, p. 94)	Desenvolver a filosofia olhando para os nossos dilemas, rompendo com o ritual de eternos assimiladores. A pretensão básica da Filosofia tem a missão de ser marginal. (Gomes, 1994, p. 13)

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo, a partir do livro, *A Crítica da Razão Tupiniquim*, (1977). (Gomes, 1994, p. 13 a 104)

Na sua concepção, para romper com a estrutura convencionada entre nós é preciso ter uma postura radical, antropofágica, devorar os mestres³ e construir a nossa própria filosofia, enraizada na nossa identidade cultural, com perspectiva do desenvolvimento da genuína filosofia tupiniquim.

Na interpretação de Ronie Alexsandro Teles Silveira (2016), a filosofia deve ser original, isto é, deve refletir sobre os problemas imanentes do seu espaço e tempo a partir dos sujeitos que os vivenciam. Nessa perspectiva, a filosofia brasileira emergirá quando se dedicar aos dilemas antropológicos, culturais, sociais, políticos e morais da nossa realidade. O autor empregou um método de interpretação baseado na contraposição paradoxal para criticar o modelo de filosofar que se convencionou nos centros acadêmicos brasileiros.

³ De acordo com Gomes (1996, p. 107): “é preciso devorar o mestre e referir a lição restante a uma situação nossa, aquilo que está diante de nós - sem o que nunca haverá verdade para nós, não havendo verdade nossa. A Filosofia, já foi visto, é negação do passado, é dizer o contrário”.

Ele argumenta que as principais características do modelo de filosofia acadêmica canonizado no Brasil são: (i) ensino focado na história da filosofia ocidental; (ii) criação de um ambiente artificial para filosofar sobre problemas levantados pelos canônicos europeus; (iii) fé na cultura filosófica baseada no isolamento acadêmico, desenvolvendo pesquisas rigorosas, centradas no estudo e assimilação das doutrinas canônicas, esperando criar uma doutrina original com relevância universal; (iv) crença de que a filosofia é uma área de conhecimento transcultural, que se desenvolveu em vários países em forma de continuidade e ruptura com a criação de doutrinas originais que se tornaram paradigmas “universais” na epistemologia, nas ciências, na moral, na política e outras áreas; (v) a filosofia brasileira age como se fosse um museu, preservando a todo custo a história da filosofia ocidental como modelo canônico ideal. Na visão do autor, esse modelo paradoxal de fazer filosofia acabou cauterizando a essência da disciplina entre nós, que é filosofar os problemas e dilemas existências do nosso tempo e espaço.

Gomes e Silveira propõem uma concepção filosófica que rompa com o atual modelo de ensino de filosofia, baseado na reprodução das doutrinas ocidentais. Eles valorizam a originalidade como critério de autenticidade filosófica e defendem que a filosofia brasileira deve ser fruto de uma reflexão própria e criativa, que dialogue com as questões nacionais, sem se submeter aos paradigmas impostos pela tradição ocidental.

Gomes (1994) argumenta que há filosofia no Brasil com registros documentais, congressos e múltiplas produções acadêmicas, mas elas reproduzem as doutrinas e problemas da história da filosofia ocidental canônica, descontextualizada da nossa realidade. Ele nomeou essas produções de uma espécie de “razão ornamental”, ou um corpo estranho, que nega a nossa identidade tupiniquim. Por isso, ele afirma que elas não representam a autêntica filosofia brasileira, mas sim a filosofia entre nós.

Nessa abordagem, Gomes (1994, p. 37) ressaltou que: “não há, em Filosofia, algo que seja uma posição brasileira. Há uma ilusão: a de que possamos, imparcialmente, usufruir benefícios das mais diversas reflexões estrangeiras, delas retirando o melhor”. Essas diretrizes de conciliadores e assimiladores das ideologias europeias levaram à criação de um tipo de “Razão Ornamental”, que alicerçou a crença de que meditando e extraindo o mais proeminente da filosofia europeia poderíamos desenvolver doutrinas para superar os nossos desafios

enquanto nação. Na sua análise, essa atitude resultou em dois erros: o primeiro foi a adoção das teorias europeias como modelo de produção filosófica, que se tornou a base ideológica e canônica nas nossas instituições oficiais, sem questionamentos. O segundo foi um impedimento estrutural, que ignorou filosofar os problemas do nosso contexto, ocultando as possibilidades de criar uma filosofia brasileira autêntica, relevante e que dialogasse com os nossos dilemas existenciais, sociais e culturais.

Silveira (2016) afirmou que o Brasil produziu uma filosofia peculiar baseada nos problemas da história do pensamento ocidental. Essa prática canonizou um sistema de ensino de filosofia no país que se limitou a reproduzir as doutrinas dos filósofos europeus e norte-americanos, sem questionar sua pertinência para o nosso contexto. Desse modo, formou-se um modelo de produção filosófica artificial, alheio à realidade brasileira. O autor chama esse modelo de ambiente de estufa, que “tem funcionado de acordo com seu propósito: [...] a filosofia brasileira não tematiza o país nem seus problemas. Ela tem uma vida que se reproduz ao longo do tempo, sem sair do seu castelo encantado” (Silveira, 2016, p. 262). Essa forma constituiu uma cultura filosófica ritualística que se consolidou nas instituições de ensino e privilegiou um modelo ideal de filosofia, centrado na exegese dos problemas e doutrinas dos filósofos canônicos ocidentais.

Na interpretação de Silveira (2016, p. 262), há uma filosofia brasileira, mas cuja principal característica é negar-se a ser brasileira. Ele diz que ela é brasileira justamente por ignorar o Brasil e por não ter a vontade de olhar para a nossa realidade. Esse paradoxo marca o modo de filosofar predominante nos centros acadêmicos do país. Para o autor, o espírito de “inconsistência” faz parte da nossa brasilidade. Ele destaca que a reflexão filosófica feita de costas e isolada dos problemas do nosso contexto se tornou um traço paradoxal da filosofia nacional. A sua tese critica a filosofia brasileira acadêmica por se limitar a reproduzir as doutrinas estrangeiras e se afastar dos desafios e das potencialidades do Brasil. Ele sugere que é preciso superar esse paradoxo e buscar produzir uma filosofia autêntica e conectada com a nossa realidade

A segunda vertente interpretativa da filosofia brasileira alicerça na concepção de originalidade e reúne cinco aspectos comuns: (i) critica o método de ensino acadêmico tradicional; (ii) propõe uma ruptura antropofágica com o paradigma dominante; (iii) considera as filosofias acadêmicas como imitações dos cânones ocidentais, e não como expressões

autênticas da realidade brasileira; (iv) defende que a verdadeira filosofia brasileira é fruto da reflexão crítica sobre os dilemas e os problemas do nosso contexto; (v) propõe um modelo alternativo de ensino de filosofia que estimule o pensamento criativo e que aborde os desafios existenciais, sociais, culturais, morais e políticos da nossa situação. Assim, defendem um modelo de produção filosófica acadêmica e autoral que supere o eurocentrismo e valorize as contribuições culturais de povos marginalizados e dos problemas atuais da nossa população como fontes essenciais para o filosofar.

A terceira vertente interpretativa da filosofia brasileira

A concepção de Ivan Domingues sobre a filosofia brasileira, na perspectiva do seu livro *Filosofia no Brasil, legados e perspectivas* (2017), constitui a terceira vertente interpretativa. O autor faz uma análise metafilosófica e ensaística da filosofia no Brasil nos últimos 50 anos (1960-2010), focalizando os intelectuais que marcaram a filosofia nos diferentes momentos históricos do país. Para entender o surgimento da filosofia brasileira, ele recorre à história colonial, identificando os perfis de intelectuais que fizeram filosofia no/do Brasil, estabelecendo o “liame entre a história da filosofia, a história da cultura, a história da mentalidade e a história social” (Domingues, 2017, p. 99). Nessa perspectiva, o autor traça uma cartografia das dimensões sociais, políticas, demográficas, geográficas, econômicas e linguísticas que influenciaram qualitativamente os cinco tipos ideais que fizeram filosofia entre nós.

Domingues fundamentou a sua concepção filosófica no tripé semiótico de Antonio Candido, inspirado pela: “ideia de um sistema de obras, que ele cunhou para a literatura” (Domingues, 2017, p. 7). Segundo esse método, o autor propôs um sistema articulado de obras, autores e público como modelo ideal para a consolidação da filosofia brasileira. Nessa abordagem, o foco principal da sua reflexão foi examinar, desde o passado colonial, se as produções filosóficas seguiram o tripé “autor, obra e público”, baseado em um sistema estruturado de ensino. Com esse objetivo, o autor identificou os intelectuais que surgiram nos diversos períodos históricos do nosso país.

O autor apoiou-se nessa concepção filosófica para fundamentar a sua metodologia em três métodos centrais: o tripé semiótico, o método *in praesentia* e *in absentia*, e o tipo ideal weberiano. O método *in praesentia* e *in absentia* reúne, no primeiro momento, os elementos empíricos reais e, no segundo, os elementos abstratos, ideias na estruturação do pensamento.

Esses dois elementos examinam as múltiplas dimensões empíricas e abstratas que permeiam o desenvolvimento das inteligências nacionais em diversas épocas e contextos sociais, delineando os principais elementos que influenciaram as peculiaridades, como obstáculos e deficiências que afetaram os aspectos qualitativos dos modelos de filosofar imanentes dos contextos históricos do nosso país. O terceiro método foi baseado na concepção tipo ideal weberiano, que tem como critério a análise dos aspectos históricos, linguísticos, geográficos, sociais, lógicos, as variações de pensamentos dos intelectuais, as produções acadêmicas, como elos essenciais na constituição das reflexões filosóficas que surgiram nas diversas épocas da nossa história.

Assim, o autor identificou os obstáculos e as lacunas que prejudicaram a qualidade do filosofar nos diferentes contextos históricos. Segundo o seu critério, os dois primeiros tipos de intelectuais (o orgânico e o diletante) apresentaram limitações específicas que afetaram o filosofar. Somente a partir dos intelectuais públicos e *scholars*, essas limitações foram superadas e começou a se produzir um filosofar laico, baseado em um sistema de obras e estruturado no profissionalismo e rigor acadêmico.

Na interpretação de Domingues (2017), há filosofia produzida no Brasil desde o passado colonial. Porém, a filosofia brasileira ideal começou a se desenvolver a partir de 1968, com o surgimento das universidades públicas e dos centros de pós-graduação. O principal expoente desse movimento foi a Universidade de São Paulo (USP) e o novo mandarim da intelectualidade atual, os *scholars* ou professores universitários. O autor baseou-se em três proposições para sustentar a sua tese: (i) identificar os obstáculos e as lacunas presentes nos diversos contextos históricos brasileiros, considerando os aspectos históricos, geográficos, sociológicos, culturais, econômicos e institucionais que influenciaram os modelos de filosofar de cada época; (ii) distinguir filosofia brasileira usando como critério o tripé semiótico proposto por Candido; (iii) o tipo ideal weberiano. A partir desses parâmetros, ele traçou os diversos tipos de inteligências que fizeram filosofia no Brasil desde o passado colonial até a atualidade. E destacou as limitações, as deficiências, a neutralização e a superação das lacunas e, conseqüentemente, o advento da filosofia brasileira ideal.

Dessa forma, o autor mostrou como a filosofia brasileira se formou ao longo da história, a partir das condições sociais, culturais e institucionais de cada época. Ele também evidenciou que a filosofia produzida pelos *scholars*, baseada no rigor científico e no tripé autor,

obra e público, foram essenciais para o desenvolvimento da filosofia brasileira ideal, com a perspectiva de produção de uma doutrina com abrangência universal e o advento do intelectual cosmopolita.

A quarta vertente historiográfica da filosofia brasileira

A quarta vertente historiográfica da filosofia brasileira foi constituída pelo professor e pesquisador Paulo Margutti, autor de duas obras sobre a *História da Filosofia do Brasil - 1ª parte: o período colonial (1500-1822)*, publicada em 2013, e *História da Filosofia do Brasil – 2ª parte: a ruptura iluminista (1808 a 1848)*, publicada em 2020. A sua interpretação se diferencia das outras abordadas nesta pesquisa, pois considera que há filosofia do Brasil desde o período colonial até a atualidade.

A sua concepção filosófica está fundamentada no viés descolonial a partir da perspectiva da hermenêutica pluritópica (MARGUTTI, 2020), alicerçado no método lógico e histórico. Assim, Margutti (2020, p. 30) afirma que “nossa concepção de filosofia é suficientemente flexível para aceitar e incorporar produções alternativas às obras filosóficas em sentido acadêmico estrito.” Essa perspectiva permitiu integrar as cosmovisões indígenas e africanas como filosofias coloniais, além de incluir na análise as produções dos autores tupiniquins extra-acadêmicos.

Margutti (2020, p. 21) inovou ao adotar o “espírito geral da *hermenêutica pluritópica*, proposta por Tlostanova e Mignolo”, como fundamento para sua pesquisa. Essa abordagem permite identificar os poderes coercitivos externos e internos que impõem as ideologias europeias como modelos racionais ou ideais, tratando as doutrinas filosóficas de forma assimétrica. Além disso, ela aborda criticamente as múltiplas dimensões que envolvem as produções filosóficas do nosso país, tanto de origem acadêmica quanto não acadêmica. Assim, ela constitui uma métrica flexível para analisar os pensadores brasileiros e suas obras.

Margutti (2022, p. 22) aponta que essa perspectiva se configurou como um contraponto à hermenêutica monotópica⁴ que se revelou entre nós, sempre com o juízo de legitimar as

⁴ Para Margutti (2020, p. 20), a “(...) hermenêutica monotópica utilizada pelos pensadores europeus em geral. De acordo com ela, no confronto entre o sujeito interpretante e o outro interpretado, o fulcro se concentra no primeiro, que passa a controlar o conhecimento e o sentido. A hermenêutica monotópica produz a repetição constantes da diferença entre o sujeito e outro, baseando-se na impossibilidade de compreender esse último e gerando a tendência a traduzir a alteridade em termos de identidade. Através da colonização do tempo e da negação da

doutrinas oriundas da Europa como modelo ideal, num tipo de preconceito cartográfico que não consegue olhar para outras matrizes de pensamento como possibilidades de novas fronteiras de conhecimento. Com a adesão à hermenêutica pluritópica foi possível romper o bloqueio imposto pela matriz colonial e entrar numa fronteira fértil de conhecimento, voltada para o Brasil, conhecendo as doutrinas filosóficas e cosmovisões tupiniquins desde o passado colonial, sem negligenciar as produções canônicas da história ocidental, mas tratando as filosofias com isonomia.

O método adotado na sua arguição consiste em analisar as doutrinas sob duas perspectivas: a lógica e a histórica. A primeira examina a estrutura do pensamento do autor, verificando o problema, a tese, os argumentos e a coerência da sua reflexão, sem considerar os fatores sociopolíticos que o afetam. A segunda situa o autor no seu contexto, conhecendo a sua vida, a sua época, o seu lugar, os seus interlocutores e as influências que recebeu na sua produção filosófica. Na sua interpretação, os elementos lógicos e históricos se complementam, traçando um panorama multidimensional do filósofo e das concepções que fundamentaram a doutrina da sua obra.

A eficácia de seu juízo analítico está na incorporação da hermenêutica pluritópica, que possibilitou fazer um panorama multidimensional com objetivo de compreender as qualidades e deficiências das doutrinas analisadas, sempre direcionada para identificar as concepções e as críticas que os filósofos brasileiros teceram, e evidenciando as contribuições para o desenvolvimento da filosofia brasileira. Por isso, esse modelo analítico é inovador e constitui um novo paradigma para a historiografia brasileira.

Margutti defende a existência de uma filosofia do Brasil desde o período colonial até os dias atuais. Para tanto, escreveu dois volumes, recentemente publicados, que abordam as produções dos pensadores nacionais. O primeiro volume, *História da filosofia do Brasil* (2013), trata do pensamento filosófico no período colonial, enquanto o segundo *História da filosofia do Brasil* (2020), analisa os autores brasileiros de 1808 a 1843. O primeiro trata da pré-colonização e da colonização, e o segundo, da ruptura iluminista.

No primeiro volume, Margutti, dividiu o período colonial em duas fases, a *pré-colonização* e a *colonização*, para melhor compreender as visões de mundo e as doutrinas

contemporaneidade do encontro com o outro, o sujeito monotópico passa a ver o outro como representante de um estágio prévio da sua própria evolução”.

imanes desses contextos. Na fase da *pré-colonização* é abordado as visões de mundo dos povos originários e oriundos da diáspora africana⁵, abrangendo o período de 1500 a 1530. Na fase subsequente, a *colonização*, engloba-se o período de 1530 a 1822 que se divide em duas etapas: o *catolicismo barroco* (1530 a 1808) e a *ruptura iluminista* (1808 a 1822).

Neste sentido, o segundo volume aborda o período de 1808 a 1843, denominado de *ruptura iluminista*, o qual evidenciou a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, o que provocou mudanças cultural e política no país, favorecendo o surgimento de uma filosofia nacional, influenciada pelo cientificismo e pelo liberalismo. O autor analisa os problemas filosóficos que inspiraram os pensadores desse período, como a conciliação entre o empirismo e o racionalismo, o melhor sistema político para o país, a relação entre o empirismo espiritualista, o liberalismo político e as doutrinas cristãs. Além desses problemas, emergiram também dilemas de ordem prática, como a liberdade, a escravidão, a educação das mulheres, o celibato, a cosmologia e a teodiceia.

Nessa perspectiva, a interpretação de Margutti sobre a história da filosofia brasileira constitui um novo parâmetro por três aspectos: (i) é baseada em uma concepção filosófica flexível, que possibilita reconhecer as produções filosóficas do nosso espaço, desde o passado colonial até a atualidade; (ii) trata as produções filosóficas acadêmicas e não acadêmicas com isonomia, usando o juízo analítico para evidenciar as qualidades e deficiências das doutrinas, mostrando os aspectos que contribuíram para o desenvolvimento da filosofia brasileira; (iii) a sua concepção abre a possibilidade de incorporar as mitologias dos povos nativos e oriundos da diáspora africana, como cosmovisões que têm sua própria estrutura lógica de organização sociocultural.

Assim a concepção filosófica marguttiana tece crítica ao modelo vigente, mas propõe uma postura moderada que trate as filosofias europeias e não europeias com isonomia. Ele integra a possibilidade de visibilizar a filosofia brasileira produzida desde o passado colonial, as cosmologias dos povos originários e da diáspora africana como filosofia brasileira. Tudo isso sem desprezar as doutrinas de retaguarda da história da filosofia ocidental, que devem ser

⁵ “As visões de mundo dos africanos estão ligadas as suas religiões e a influência mais fortes que prevaleceu na cultura brasileira foi a dos “ioruba e não a dos bantos como se pensou por muito tempo. Para caracterizar essa religião, recorreremos às categorias antropológicas tradicionais do animismo, da magia, do fetichismo e do totêmicos” (MARGUTTI, 2013, p. 231).

interpretados com a perspectiva da hermenêutica pluritópica, como fundamento crítico para pontuar as deficiências e as qualidades dessas doutrinas na perspectiva do desenvolvimento da filosofia nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma análise crítica do panorama conceitual, este estudo se propôs avaliar as abordagens adotadas pelos autores pertencentes às quatro principais vertentes interpretativas da filosofia brasileira, identificando tanto seus aspectos positivos quanto negativos. Além disso, buscou investigar os mecanismos epistêmicos que influenciam a existência da filosofia brasileira manifesta em produções acadêmicas e extra-acadêmicas ao longo de nossa história, desde o período colonial até o presente.

Assim, as duas primeiras vertentes apresentam abordagens distintas, mas baseiam-se em concepções filosóficas que adotam uma matriz doutrinária hierárquica como modelo ideal para a filosofia brasileira e desqualificam as outras matrizes, considerando-as secundárias ou inferiores. A terceira vertente apresenta uma abordagem moderada, pautando o rigor acadêmico e o tripé autor-obra-público como fundamentos essenciais para a produção filosófica autoral com qualidade. A quarta vertente adota uma concepção flexível e moderada, que trata todas as filosofias com igualdade, por isso constitui-se a referência para o desenvolvimento e a valorização da filosofia brasileira.

A primeira vertente adotou as doutrinas oriundas da modernidade e do iluminismo como fundamento para a origem da filosofia brasileira. Com base nesse princípio, usando a hermenêutica monotópica, Romero e Paim negaram em suas análises que tenha havido produção filosófica nos três primeiros séculos do período colonial. E Cerqueira, seguindo o mesmo critério, afirmou que no período colonial a única filosofia produzida foi a luso-brasileira. A proposição categórica dessa vertente tornou-se uma referência no meio acadêmico e estabeleceu um bloqueio que generalizou as possíveis produções filosóficas desse período, como inferiores ou meras cópias das doutrinas da segunda escolástica portuguesa. Por isso, essa interpretação se configura como um desafio que deve ser questionado, refutado e superado por meio de uma abordagem filosófica mais flexível.

A segunda vertente apresenta uma concepção filosófica paradoxal, pois ao mesmo tempo que estimula o desenvolvimento da filosofia tupiniquim, nega a existência da filosofia

genuinamente brasileira, apoiando-se no princípio de originalidade, ligado ao filosofar a partir dos nossos dilemas locais. O ponto negativo dessa vertente é a negação da filosofia brasileira, ou seja, a filosofia produzida no Brasil é vista como mera cópia das doutrinas europeias e norte-americanas consagradas entre nós. Essa concepção baseada na crítica radical contribui para a invisibilidade das produções autorais dos filósofos brasileiros. Além disso, apresenta um aspecto “generalista”, isto é, classifica todas as doutrinas filosóficas como deficitárias, carentes de originalidade, por terem sido influenciadas por doutrinas europeias. Isso não deve ser universalizado, pois é impossível generalizar produções humanas. Nessa perspectiva, essa concepção se torna um obstáculo para conhecer as qualidades e deficiências das filosofias produzidas no Brasil.

O lado positivo da segunda vertente é a abordagem crítica ao modelo de ensino de filosofia que se convencionou nas academias brasileiras, centrado predominantemente na exegese da história da filosofia. Na concepção dos autores, essa forma de fazer filosofia constituiu entre nós uma espécie de “razão ornamental”, um “ambiente de estufa”, que desenvolve o filosofar de “costas” para o Brasil. Portento, isso configurou um problema que merece ser atualizado por uma concepção que propõe o desenvolvimento da filosofia brasileira a partir das meditações dos nossos dilemas existenciais, elaborando doutrinas que reflitam e proponham soluções a partir de nossas questões existenciais.

A terceira vertente se baseia na concepção filosófica do sistema estruturado de autor-obra-público e visualiza a produção acadêmica, centrada no rigor científico, como modelo ideal para o desenvolvimento da filosofia brasileira. Essa concepção revelou aspectos positivos que possibilitou a visualização da filosofia brasileira desde o passado colonial até a atualidade, valorizando o rigor metodológico, a originalidade e a qualidade das produções filosóficas brasileiras. Além disso, ela evidencia que o desenvolvimento de um sistema estruturado de ensino, liderado pelos filósofos profissionais, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da filosofia brasileira contemporânea.

A análise revela que a vertente interpretativa, fundamentada na concepção filosófica descolonial com a abordagem da hermenêutica pluritópica, consegue identificar a filosofia brasileira desde o período colonial, que se expressa por meio das produções acadêmicas e extra-acadêmicas. Isso constitui uma visão com a intencionalidade de entender as doutrinas

filosóficas e as visões de mundo, desde o período pré-colonial até a contemporaneidade, para conhecer os pressupostos da história da filosofia brasileira e, ao mesmo tempo, fomentar a vanguarda, com a possibilidade de desenvolvimento do ensino filosófico a partir dos dilemas da nossa sociedade, desde o passado colonial aos nossos dias. Tais formas de filosofia lidam com problemas tanto universais quanto locais, e estabelecem um diálogo com a realidade brasileira, não desprezando as produções da história da filosofia ocidental, mas tratando-as filosofias com o princípio de isonomia.

REFERÊNCIAS

- CERQUEIRA, L. A. **Filosofia brasileira: ontogênese da consciência de si**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DOMINGUES, I. **Filosofia no Brasil: legados e perspectivas: ensaios metafilosóficos**. São Paulo: Unesp, 2017.
- GOMES, R. **Crítica da razão tupiniquim**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARGUTTI, P.; CEI, Vitor. Entrevista. **Outra margem: revista de filosofia**. Belo Horizonte, n. 1, 2º semestre de 2014.
- MARGUTTI, P. **Filosofia brasileira e pensamento descolonial**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (online), Brasília, v. 99, n. 253, p. 226-241, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n253/2176-6681-rbeped-99-253-0226.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- MARGUTTI, P. Filosofia brasileira e pensamento descolonial. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 1-14, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/19186>>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- MARGUTTI, P. **História da filosofia do Brasil: a ruptura iluminista (1808-1843)**. São Paulo: Loyola, 2020.
- MARGUTTI, P. **História da filosofia do Brasil: o período colonial (1500-1822)**. São Paulo: Loyola, 2013.
- PAIM, A. **História das ideias filosóficas no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Távola, 2007.
- ROMERO, Sílvio. **A philosophia no Brasil**. Porto Alegre: Deutsche Zeitung, 1878.
- SILVEIRA, Ronie Alexandro Teles da. A brasileiríssima filosofia brasileira. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 43, n. 136, p. 261-278, Mai./Ago., 2016

Recebido em: *Dezembro/2023*.

Aprovado em: *Fevereiro/2024*.